



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 2º andar
70.058-901 Brasília-DF
(www.fns.saude.gov.br)

Ofício nº 12147/MS/SE/FNS

Brasília, 29 de dezembro de 2016

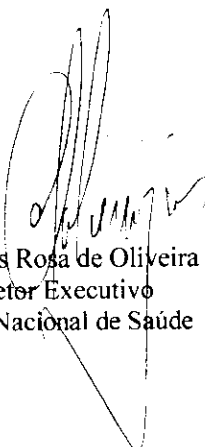
Ao Senhor
PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA
Presidente do(a) Fundação Oswaldo Cruz
Brasil 4365
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 21040-360

Assunto: Encaminha Termo de Execução Descentralizada

Senhor(a) Presidente,

Encaminhamos uma via do Termo de Execução Descentralizada nº 103/2016 celebrado com este Ministério, visando a "CONTROLE VETORIAL DO Aedes Aegypti e Aedes albopictus com estações disseminadoras de larvicida - larvicida PPF disseminado por mosquitos".

Atenciosamente,


Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior
Diretor Executivo
Fundo Nacional de Saúde

Recebido em 10.01.17

Horas: 10:00
SEGAB / PR / FIOCRUZ

Ass.: Nelson



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 103/2016

PROCESSO: 25000.176083/2016-11

EXERCÍCIO: 2016

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

MINISTÉRIO DA SAÚDE / FUNDO NACIONAL DE SAÚDE:

- CNPJ: 00.530.493/0001-71
- ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício-anexo, 2º andar, Brasília – DF
- UG/GESTÃO REPASSADORA: 257001/00001

ENTIDADE: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ

- CNPJ: 33.781.055/0001-35
- ENDEREÇO: BRASIL4365QUININO, SALA 303
- UG/GESTÃO RECEBEDORA: 254420/25201

IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, Secretário Executivo, RG n. 7.887.409 SSP/SP, CPF n. 061.827.348-41, nomeado pelo Decreto de 23 de Maio de 2016, publicado no DOU de 24 de Maio de 2016.

Pelo(a) (ENTIDADE): PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE, RG nº 52274304 - CRM/RJ, CPF nº 422.312.997-04, nomeado(a) pelo(a) Decreto s/nº de 17/01/2013, publicado no DOU de 17/01/2013.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Decreto n. 6.170/2007 e suas alterações; Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n. 507/2011, Portaria Conjunta/ Secretarias Executivas MPOG/MF/CGU n. 8/2012, e, no que couber, a Lei n. 8.666/1993.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Leis n. 8.080/1990, 8.142/1990, 10.522/2002, 11.107/2005, 13.242/2015, 13.255/2016 e Lei Complementar n. 101/2000.

Decretos n. 3.964/2001, 93872/1986, 5.504/2005.

OBJETO

Firmar Cooperação para o desenvolvimento do Programa/Projeto(a) APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAU - NO MU OAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)/SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE para o(a) CONTROLE VETORIAL DO AEDES AEGYPTI E AEDES ALBOPICTUS COM ESTAÇÕES DISSEMINADORAS DE LARVICIDA - LARVICIDA PPF DISSEMINADO POR MOSQUITOS, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do Plano de Trabalho firmado entre as partes, dispondo dos objetivos, metas, especificações técnicas a ele vinculado e prazo de execução, que passa a se constituir em parte integrante do presente Termo.

JUSTIFICATIVA

As doenças virais transmitidas por Aedes constituem graves problemas de saúde pública. Recentemente, a epidemia de vírus Zika e a associação entre a infecção e lesões severas do sistema nervoso, incluindo microcefalia, levaram à declaração de emergência (internacional e nacional) de saúde pública. Um dos principais problemas das ferramentas convencionais de controle de Aedes aegypti e Ae. albopictus é a baixa cobertura de criadouros. Estas espécies usam frequentemente criadouros crípticos, muito difíceis de detectar pelos agentes de controle, ou situados em locais inacessíveis (incluindo prédios fechados). Reconhecendo essas limitações e, na ausência de



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**

vacinas eficazes e de tratamento etiológico, o Ministério da Saúde, com o apoio da OPAS, decidiu incentivar a pesquisa para o desenvolvimento de alternativas para o controle de Aedes. A disseminação de larvicidas muito potentes, como o pyriproxyfen (PPF), pelos próprios mosquitos (Itoh 1994, Devine et al. 2009) é uma tática muito promissora que poderia complementar as atividades de rotina preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Na primeira Reunião Internacional para Avaliação de Novas Estratégias para o Controle do Aedes aegypti no Brasil (Brasília, 17-18 fevereiro 2016) foi decidido incluir o uso do PPF disseminado por mosquitos entre as tecnologias recomendadas para inclusão nas diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) (SVS/MS 2016). O PPF é um análogo de hormônio juvenil de insetos, eficaz em doses muito baixas e praticamente sem toxicidade para vertebrados; a OMS recomenda seu uso para controle de mosquitos vetores, incluso em água potável (WHO 2008), e é o larvicida usado atualmente no contexto do PNCD. O PPF impede o desenvolvimento normal dos mosquitos imaturos, que morrem no estágio de larva ou (mais comumente) de pupa; o PPF não tem efeitos letais imediatos nos mosquitos adultos, mas encurta a vida das fêmeas e impede o desenvolvimento dos ovos fecundados (Sihuincha et al. 2005, Devine et al. 2009, Ohashi et al. 2012). O PPF disseminado por mosquitos é uma tática flexível que pode facilmente fazer parte de estratégias de manejo integrado de vetores. Por exemplo: (i) os agentes de controle podem continuar tratando diretamente criadouros grandes, visíveis e acessíveis enquanto os mosquitos disseminam o larvicida para criadouros pequenos, crípticos e inacessíveis; (ii) em situações de surto ou epidemia, a aplicação de adulticidas no interior das residências pode complementar o uso de PPF nas áreas externas; (iii) a diminuição da emergência de mosquitos adultos causada pelo PPF facilitaria as estratégias que utilizam mosquitos estéreis, transgênicos ou infectados com Wolbachia; e (iv) a instalação e manutenção de Estações Disseminadoras (ver abaixo) de PPF pode estimular o envolvimento dos membros da comunidade nas ações de controle de Aedes. Resultados de ensaios realizados em Manaus e Manacapuru (Amazonas) mostram uma alta cobertura de criadouros (>94%), com disseminação efetiva até 400m. A disseminação de PPF produziu um importante aumento da mortalidade de mosquitos imaturos (de ~5% para ~95%) e uma redução de 96-98% da emergência de mosquitos adultos em poucas semanas (Abad-Franch et al. 2015 e dados não publicados).

DA OPERACIONALIZAÇÃO

O presente Termo será operacionalizado pelo(a) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ diretamente ou indiretamente mediante a assinatura de Convênios ou contratação de prestação de serviços destinados à consecução dos objetivos do Programa/Projeto, visando o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho vinculado à Cooperação. Na operacionalização por meio de Convênios deverão ser observadas as disposições do Decreto n. 6.170/2007 e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n. 507/2011, e suas alterações, Portaria Conjunta/ Secretarias Executivas MPOG/MF/CGU n. 7/2012, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei n. 8.666/1993. Na operacionalização direta ou por meio de contratação de prestação de serviços deverão ser observadas as disposições da Lei n. 8.666/1993. Obs: Consoante disposto no Acórdão n. 11863/2011 TCU/2ª Câmara, para análise dos custos e serviços, o Edital de Licitação deverá conter as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do Projeto Básico da obra ou serviço, em cumprimento ao inciso II, do 2º, do artigo 7º, da Lei n. 8.666/1993 c/c a Súmula TCU n. 258.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de Contas dos recursos alocados será formalizada ao final do exercício pela Unidade Gestora do Órgão receptor junto com a sua Prestação de Contas Anual aos Órgãos de Controles Interno e Externo. A título informativo, encaminhará ao Órgão Repassador Relatório Físico-Financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do prazo de execução deste Acordo, dispondo dos resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho pactuado e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização, indicando, se for o caso a restituição de possível saldo apurado.

DOS RECURSOS/DETALHAMENTO



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**

Para cobertura da Cooperação, o **MINISTÉRIO DA SAÚDE** apropriará do orçamento alocado ao Fundo Nacional de Saúde no corrente exercício, R\$ 1.866.411,00 (Um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e onze reais), a ser repassado ao(à) FUNDACAO OSWALDO CRUZ na forma do Cronograma de Desembolso integrante do Plano de Trabalho pactuado entre as partes, na forma a seguir descrita:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.305.2015.20YJ.7016	33.90.39	6100000000

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá execução prevista até 720 (Setecentos e vinte) dias, para realização das ações dispostas no Plano de Trabalho a ele vinculado, conforme informado pela entidade na Proposta ou ajustado pelas partes, podendo ser prorrogado por meio de Termo de Ajuste, mediante manifesto interesse das partes, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento do prazo acima definido.

O **MINISTÉRIO DA SAÚDE** obriga-se a prorrogar "de ofício" a vigência do presente Termo antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado no Cronograma de Desembolso.

DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias à interpretação e/ou cumprimento do presente Termo, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente e, em última instância, submeter os eventuais conflitos à apreciação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, integrante da Advocacia-Geral da União, na forma da Portaria Advocacia-Geral da União, na forma do inciso XI, do artigo 4º, da Lei Complementar n. 73/1993 e Portaria AGU n. 1.281/2007.

DA ASSINATURA E DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo é assinado em 02 (duas) vias, devendo ser publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, pelo **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, em conformidade com a legislação vigente, para produzir os efeitos legais.

Brasília-DF, de de 2016.

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Secretário-Executivo do Ministério da Saúde

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI
Secretário Executivo

PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA
PRESIDENTE
FUNDACAO OSWALDO CRUZ

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO

ANEXO IV

Proposta: 33781055000116061

1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ.
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

2 - CNPJ
33.781.055/0001-35

3 - EXERCÍCIO
2016

4 - UF
RJ

5 - Nº do Processo
25000.176083/2016-11

6 - DDD
21

7 - FONE
38851610

8 - FAX
22702496

9 - E-MAIL
presidencia@fiocruz.br

10 - NOME DO BANCO
CONVENIADO

11 - BANCO CONVENIADO

12 - AGÊNCIA

13 - PRAÇA DE PAGAMENTO

14 - UF

15 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- 1. Programa(X)
- 2. Emenda ()

16 - EMENDA N.º.

17 - PROGRAMA

2015 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - NO MANUTENIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

18 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

CONTROLE VETORIAL DO Aedes Aegypti e Aedes albopictus com estações disseminadoras de larvicida - LARVICIDA PPF DISSEMINADO POR MOSQUITOS

19 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

As doenças virais transmitidas por Aedes constituem graves problemas de saúde pública. Recentemente, a epidemia de vírus Zika e a associação entre a infecção e lesões severas do sistema nervoso, incluindo microcefalia, levaram à declaração de emergência (internacional e nacional) de saúde pública. Um dos principais problemas das ferramentas convencionais de controle de Aedes aegypti e Ae. albopictus é a baixa cobertura de criadouros. Estas espécies usam frequentemente criadouros crípticos, muito difíceis de detectar pelos agentes de controle, ou situados em locais inacessíveis (incluindo prédios fechados). Reconhecendo essas limitações e, na ausência de vacinas eficazes e de tratamento etiológico, o Ministério da Saúde, com o apoio da OPAS, decidiu incentivar a pesquisa para o desenvolvimento de alternativas para o controle de Aedes. A disseminação de larvicidas muito potentes, como o pyriproxyfen (PPF), pelos próprios mosquitos (Itoh 1994, Devine et al. 2009) é uma tática muito promissora que poderia complementar as atividades de rotina preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Na primeira Reunião Internacional para Avaliação de Novas Estratégias para o Controle do Aedes aegypti no Brasil (Brasília, 17-18 fevereiro 2016) foi decidido incluir o uso do PPF disseminado por mosquitos entre as tecnologias recomendadas para inclusão nas diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) (SVS/MS 2016). O PPF é um análogo de hormônio juvenil de insetos, eficaz em doses muito baixas e praticamente sem toxicidade para vertebrados; a OMS recomenda seu uso para controle de mosquitos vetores, incluso em água potável (WHO 2008), e é o larvicida usado atualmente no contexto do PNCD. O PPF impede o desenvolvimento normal dos mosquitos imaturos, que morrem no estágio de larva ou (mais comumente) de pupa; o PPF não tem efeitos letais imediatos nos mosquitos adultos, mas encurta a vida das fêmeas e impede o desenvolvimento dos ovos fecundados (Sihuincha et al. 2005, Devine et al. 2009, Ohashi et al. 2012). O PPF disseminado por mosquitos é uma tática flexível que pode facilmente fazer parte de estratégias de manejo integrado de vetores. Por exemplo: (i) os agentes de controle podem continuar tratando diretamente criadouros grandes, visíveis e acessíveis enquanto os mosquitos disseminam o larvicida para criadouros pequenos, crípticos e inacessíveis; (ii) em situações de surto ou epidemia, a aplicação de adulticidas no interior das residências pode complementar o uso de PPF nas áreas externas; (iii) a diminuição da emergência de mosquitos adultos causada pelo PPF facilitaria as estratégias que utilizam mosquitos estéreis, transgênicos ou infectados com Wolbachia; e (iv) a instalação e manutenção de Estações Disseminadoras (ver abaixo) de PPF pode estimular o envolvimento dos membros da comunidade nas ações de controle de Aedes. Resultados de ensaios realizados em Manaus e Manacapuru (Amazonas) mostram uma alta cobertura de criadouros (>94%), com disseminação efetiva até 400m. A disseminação de PPF produziu um importante aumento da mortalidade de mosquitos imaturos (de ~5% para ~95%) e uma redução de 96-98% da emergência de mosquitos adultos em poucas semanas (Abad-Franch et al. 2015 e dados não publicados).

20 - OBJETIVOS/RESULTADOS

Confirmar o potencial da tática da disseminação do larvicida pyriproxyfen por mosquitos para seu uso efetivo no Programa Nacional de Controle da Dengue em escalas espaciais maiores, considerando: (1) os resultados alcançados, com alta cobertura de criadouros (>94%), com disseminação efetiva até 400m produzindo um aumento da mortalidade de mosquitos imaturos (de ~5% para ~95%) e redução de 96-98% da emergência de mosquitos adultos em poucas semanas; e (2) a alta qualidade dos dados entomológicos gerados pelos serviços de controle vetorial nas cidades de Belo Horizonte, Marília, Recife, Paranaíba, Natal e Fortaleza.

1.

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO Proposta: 33781055000116061	ANEXO IV
--------------------------------	--	-----------------

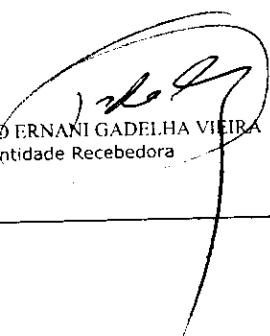
21- ACOMPANHAMENTO

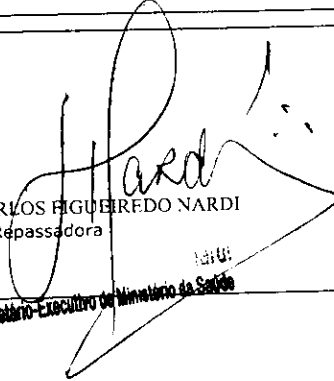
O acompanhamento da execução deste projeto se dará através do sistema de planejamento da Fiocruz, com o monitoramento mensal da execução orçamentária-financeira de projetos prioritários da fundação e de suas metas físicas, constantes dos Planos de Trabalho. Ademais, está prevista a elaboração de relatórios parciais (semestrais e anuais) e finais com análises quantitativas e qualitativas a respeito do andamento e da execução dos projetos.

22 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, segundo o último Censo do IBGE (www.ibge.gov.br)

23 - AUTENTICAÇÃO

Data


PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA
Pela Entidade Receptora


ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI
Pela Entidade Repassadora

Secretário Executivo do Ministério da Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO: DESCRIÇÃO DO PROJETO - ANEXO IV-A INFORMAÇÕES DA PROPOSIÇÃO, CURSO, CONGRESSO, ESTUDO, EVENTO E PESQUISA

Proposta: 33781055000116061

1 - Nome do Órgão ou Entidade Conveniente, conforme contido no Cartão do CNPJ.
FUNDACAO OSWALDO CRUZ

2 - CNPJ 33.781.055/0001-35	3 - Exercício 2016	4 - UF RJ	5 - Nº do Processo 25000.176083/2016-11	
6 - DDD 21	7 - Fone 38851610	8 - Fax 22702496	9 - E-mail presidencia@fiocruz.br	
10 - Nome do Banco Conveniado	11 - Nº do Banco Conveniado	12 - Agência	13 - Praça de Pagamento	14 - UF RJ
15 - Recurso Orçamentário 1. Programa ☒ 2. Emenda ☐		16 - Emenda N.º.		

17 - Programa
2015 - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAU - NO MU OAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

18 - Descrição do Objeto
Controle vetorial do Aedes aegypti e Ae. albopictus com estações disseminadoras de larvicida

19 - Nome, Perfil Profissional e Filiação Institucional do Coordenador da Equipe Responsável pelo Gerenciamento e Execução do Projeto
Sérgio Luiz Bessa Luz Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho (1987), mestrado em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Biologia Parasitária pela Fundação Oswaldo Cruz (1999). Atualmente é Pesquisador Titular da Fundação Oswaldo Cruz no Instituto Leônidas e Maria Deane em Manaus - Amazonas e Diretor da Unidade. Atua principalmente em ecologia de doenças transmissíveis na Amazônia. Ênfase em taxonomia de vetores de agentes patogênicos, nas ferramentas para diagnóstico molecular dos patógenos em vetores e em amostras clínicas e metodologias de controle de vetores. <http://lattes.cnpq.br/0216956794367944>

20 - Justificativa
O Brasil enfrenta, na atualidade, um cenário epidemiológico de emergência em saúde pública de importância nacional, caracterizado pela circulação simultânea de três arboviroses de importância para a saúde pública: dengue, chikungunya e Zika; transmitidas pelo Aedes aegypti, que atua como vetor dessas doenças. Os métodos atuais de controle do Aedes aegypti preconizados pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) não estão sendo suficientes para diminuir a população de mosquitos, tampouco propiciar a redução da incidência das doenças transmitidas por esse vetor. Por esta razão, é necessário que novas alternativas de controle de vetores sejam avaliadas sob a perspectiva de sua eficácia e viabilidade de aplicação em escala ampliada, com vistas à futura incorporação no PNCD. A unidade dispersora que está em uso nos projetos está pronta e é um modelo simples e prático. É de fácil confecção, utilizando materiais simples de fácil acesso e extremamente baratos.

21 - Objetivos Gerais e Específicos
Geral: Avaliar a eficácia da tática do uso de estações disseminadoras de larvicida com pyriproxyfen para o controle do Aedes aegypti e A. albopictus em Belo Horizonte, Marília, Paranaguá, Recife, Natal e Fortaleza, visando o uso efetivo desta tática no Programa Nacional de Controle da Dengue. Específicos: Realizar desenho amostral; Sensibilizar as estruturas municipais de combate a Dengue para o uso de novas tecnologias de controle do Aedes; Capacitar agentes de endemias para uso das estações disseminadoras de larvicida pyriproxyfen; Implementar e monitorar 36.000 EDs nos 6 municípios; Analisar a eficácia da tática da disseminação do larvicida pyriproxyfen por mosquitos em grandes cidades; Estimar a viabilidade do uso das EDs nas diferentes escalas/localidades/municípios; Identificar o potencial de uso das EDs de larvicida em diferentes escalas espaciais para seu uso efetivo no PNCD; Elaborar relatório final do estudo, incluindo recomendações para o PNCD;

22 - Público Alvo
A população alvo inicial é de 8 milhões de pessoas, considerando dados do IBGE para: Belo Horizonte 2.513.451, Marília 233.639, Paranaguá 151.829, Recife 1.625.583, Natal 877.662, e Fortaleza 2.609.716 - quant. 801880,00 - 8011880

23 - Nº de Vagas
0

24 - Instituições Envolvidas
Instituto Leônidas e Maria Deane e ILMD / Fiocruz Localização:

1.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO: DESCRIÇÃO DO PROJETO – ANEXO IV-A

INFORMAÇÕES DA PROPOSIÇÃO, CURSO, CONGRESSO, EVENTO E PESQUISA

Proposta: 33781055000116061

25 – Localização

Rua Teresina, 476 Adrianópolis Manaus Amazonas 69057-070

26 – Metas Físicas

1. Realizar o desenho amostral nas localidades 2. Treinar agentes de endemias nas localidades 3. Realizar intervenção com 6.000 unidades de estações disseminadoras em cada localidade. 4. Realizar supervisão do projeto em cada localidade por semestre, produzir relatório parcial semestral por localidade e publicação artigo em revista científica.

27 – Orçamento Detalhado

Outros serviços da pessoa jurídica - R\$ 1.866.411,00

28 – Metodologia/Estratégias Operacionais

- Definição das escalas e áreas de estudo Municípios através de desenho amostral com a inclusão das áreas urbanas dos 6 municípios (Fortaleza, Recife, Natal, Belo Horizonte, Marília e Paranaguá). Em municípios com linha de base em várias localidades, a seleção das áreas/localidades de intervenção será aleatória; o resto das áreas/localidades constituirá o grupo controle. - Treinamento / sensibilização / capacitação com a apresentação teórica e prática dos procedimentos de montagem, impregnação, instalação, e manutenção das Estações disseminadoras de PPF, além dos procedimentos de informações e dados. - Intervenção: distribuição de 6.000 estações disseminadoras em cada cidade.- Monitoramento: visitas mensais em cada estação de disseminação para reaplicação do PPF.- Análise de dados: serão utilizados modelos generalizados lineares mistos com distribuição de erros de Poisson ou binomial negativa e função de ligação logarítmica.

29 – Carga Horária

0

30 – Tempo de Execução do Projeto

24

31 – Resultados Esperados

Sensibilização das estruturas municipais de combate a Dengue para o uso de novas tecnologias de controle do mosquito transmissor. Capacitação de agentes de endemias com nova tecnologia (estações disseminadoras de larvicida pyriproxyfen. Realização de intervenção com Estações Disseminadoras com PPF nos municípios de Fortaleza, Recife, Natal, Belo Horizonte, Marília e Paranaguá e coleta de dados sobre a eficácia desta tecnologia. Análise da eficácia da tática da disseminação do larvicida pyriproxyfen por mosquitos em grandes cidades (municípios de Fortaleza, Recife, Natal, Belo Horizonte, Marília e Paranaguá). Estimativa da viabilidade por meio da razão custo-efetividade incremental do uso das unidades disseminadoras nas diferentes escalas/localidades/municípios. Identificação do potencial das Estações Disseminadoras de larvicida em diferentes escalas espaciais para seu uso efetivo no PNCDRecomendações para o Programa Nacional de Controle da Dengue

32 – Condições de Inscrição

Local:

0

Documentação Exigida:

0

Requisitos Mínimos:

0

33 – Condições de Seleção

0

34 – Acompanhamento

Relatório parcial semestral por localidade e quando solicitado pela equipe técnica do Ministério da Saúde

35 – Formas de Avaliação

Relatório parcial semestral por localidade e quando solicitado pela equipe técnica do Ministério da Saúde

36 – Autenticação

Data

PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA
Pela Unidade Receptora

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI
Pela Unidade Repassadora

Paulo Ernani Gadelha Vieira
Presidente
Fundação Oswaldo Cruz
SIAPE 0463083

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Secretário-Executivo do Ministério da Saúde

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO
Proposta: 33781055000116061

ANEXO V

01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ.
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

02- Ação
20YJ- SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE

03- PROCESSO N.
25000.176083/2016-11

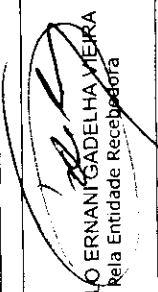
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		06-ESPECIFICAÇÃO		07-INDICADOR FÍSICO		08-PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
04-META	05-ETAPA/FASE			UNIDADE MEDIDA	QTDE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1	1. REALIZAR O DESENHO AMOSTRAL NAS LOCALIDADES		PERCENTUAL	100	11/2016	11/2018
2	1	2. TREINAR AGENTES DE ENDEMIAS NAS LOCALIDADES		PERCENTUAL	100	11/2016	09/2018
3	1	3. REALIZAR INTERVENÇÃO COM 6.000 UNIDADES DE ESTAÇÕES DISSEMINADORAS EM CADA LOCALIDADE		PERCENTUAL	100	11/2016	11/2018
4	1	REALIZAR SUPERVISÃO DO PROJETO EM CADA LOCALIDADE POR SEMESTRE, PRODUZIR RELATÓRIO PARCIAL SEMESTRAL POR LOCALIDADE E PUBLICAÇÃO ARTIGO EM REVISTA CIENTÍFICA.		PERCENTUAL	100	11/2016	11/2018

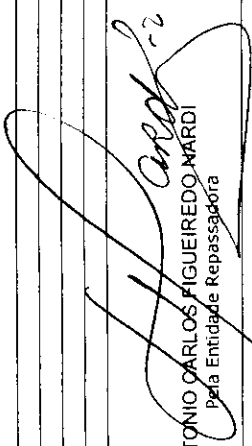
PLANO DE APLICAÇÃO			
9- NATUREZA DA DESPESA	10- ESPECIFICAÇÃO	11- CONCEDENTE	12- PROPONENTE
13- SUBTOTAL POR NATUREZA DE GASTO (EM R\$ 1,00)			

Corrente			
33.90.39	SERV DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.866.411,00	0,00
SUBTOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA		1.866.411,00	0,00
Capital			
SUBTOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA		0,00	0,00
14 - TOTAIS dos valores das despesas correntes e de capital referentes à concedente e ao proponente.		1.866.411,00	0,00
			1.866.411,00

CONTRAPARTIDA DE BENS E SERVIÇOS MENSURÁVEIS	
Total de Bens e Serviços Mensuráveis	Descrição dos Bens e Serviços Mensuráveis
0,00 TOTAL	

15-AUTENTICAÇÃO
/ /
DATA


PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA
Pela Entidade Receptora


ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI
Pela Entidade Repassadora

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Secretário-Executivo do Ministério da Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANEXO VI

Proposta: 33781055000116061

1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	2 - Ação 20YJ - SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE	3 - Processo Nº 25000.176083/2016-11
---	--	---

CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)		6 - Mês					
4 - Ano	5 - Meta	JAN / JUL	FEV / AGO	MAR / SET	ABR / OUT	MAI / NOV	JUN / DEZ
2016	01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	52.898,00	0,00
2016	02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	52.898,00	0,00
2016	03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	221.397,00	0,00
2016	04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	329.455,00	0,00
2017	03	0,00	221.397,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	04	0,00	329.455,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	494.177,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	04	0,00	164.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 - TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)	1.866.411,00
---	--------------

PROponente (EM R\$ 1,00)		10 - Mês					
8 - Ano	9 - Meta	JAN / JUL	FEV / AGO	MAR / SET	ABR / OUT	MAI / NOV	JUN / DEZ
2016	01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

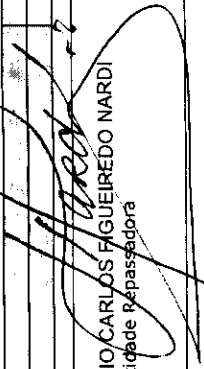
PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANEXO VI

Proposta: 33781055000116061

		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
--	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------

11 - TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO PROPONENTE (EM R\$ 1,00)										0,00
12 - TOTAL GERAL DOS RECURSOS (EM R\$ 1,00)										1.866.411,00

13 - Autenticação do Proponente	14 - Aprovação da Concedente
PAULO BERNANI GADELHA VIEIRA Pela Entidade Receptora _____ Data	ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI Pela Entidade Repassadora 

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Secretário-Executivo do Ministério da Saúde



Espécie: Convênio Nº 834122/2016, Nº Processo: 25000075416201688. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: IRMÃNIDADE DO HOSPITAL DE CARIDADE DE IRATI - CNPJ nº 0814315000185. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 400.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 400.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800879. Valor: R\$ 400.000,00. PRTES: 125620. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: GERMANO STRASSMANN CPF nº 353.155.989-34.

Espécie: Convênio Nº 837158/2016, Nº Processo: 25000070731201618. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTÔNIA - CNPJ nº 0808471000162. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 345.203,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 345.203,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE803095. Valor: R\$ 345.203,00. PRTES: 125622. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: PEDRO SPERLI CPF nº 307.312.759-34.

Convênio Nº 836993/2016, Nº Processo: 25000156771201646. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: ASSOC. TERAPIA DE ESTIMULAÇÃO AUDITIVA E LINGUAGEM - CNPJ nº 51910842000111. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 99.920,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 99.920,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802871. Valor: R\$ 99.920,00. PRTES: 125690. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: EDISON SARTI CPF nº 820.663.458-49.

Convênio Nº 837226/2016, Nº Processo: 25000172156201698. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP - CNPJ nº 6044804000122. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 453.800,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 453.800,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE803219. Valor: R\$ 453.800,00. PRTES: 126188. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504245. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: ANTONIO JOSE RODRIGUES PEREIRA CPF nº 106.527.498-01.

Convênio Nº 838084/2016, Nº Processo: 250001759990201646. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: FUNDACAO DO TOR AMARAL CARVALHO - CNPJ nº 50753755600135. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 389.030,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 389.030,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE803386. Valor: R\$ 389.030,00. PRTES: 125338. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Num Empenho: 2016NE803387. Valor: R\$ 189.030,00. PRTES: 124848. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: ANTONIO LUIS CESARINO DE MORAES NAVARRO CPF nº 044.878.608-04.

Espécie: Convênio Nº 836943/2016, Nº Processo: 25000115413201675. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: ASSOCIAÇÃO UANGLICA BENEFICIENTE DE LONDRINA - CNPJ nº 0613841000161. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 390.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 390.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE803813. Valor: R\$ 390.000,00. PRTES: 125589. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 13/12/2016 a 13/12/2017. Data de Assinatura: 13/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: EDUARDO SENE CARDOSO CPF nº 711.086.619-24.

Espécie: Convênio Nº 833974/2016, Nº Processo: 25000077324201632. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: ASSOCIAÇÃO HOSPITAL DOZIL DE IRATI - CNPJ nº 082689800135. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 99.940,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 99.940,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800856. Valor: R\$ 99.940,00. PRTES: 125124. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 13/12/2016 a 13/12/2017. Data de Assinatura: 13/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: CLIA REGINA RIBEIRO DE FREITAS CPF nº 592.084.407-15.

Convênio Nº 832762/2016, Nº Processo: 25000075183201613. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPO MOURÃO - CNPJ nº 80612294600141. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 250.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 250.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE80078. Valor: R\$ 250.000,00. PRTES: 125702. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 12/12/2016 a 12/12/2017. Data de Assinatura: 12/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: JOSÉ CARLOS LAIRANI CPF nº 334.717.208-63.

Espécie: Convênio Nº 836549/2016, Nº Processo: 25000148003201620. Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conveniente: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICIENTE DE ANTAS - CNPJ nº 14481766000140. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE. Valor Total: R\$ 100.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 0,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 100.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802407. Valor: R\$ 100.000,00. PRTES: 125733. Fonte Recurso: 6100000000. ND: 44504201. Vigência: 13/12/2016 a 13/12/2017. Data de Assinatura: 13/12/2016. Signatários: Concedente: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS CPF nº 424.789.799-34. Conveniente: LUCIVANJA JOSE LIMA CPF nº 258.120.253-68.

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DO 1º TERMO DE AJUSTE AO 8º TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a Organização Pan-Americana da Saúde Organização Mundial da Saúde - CNPJ nº 04.096.431/0001-54. PROCESSO: 250001610802015-94. OBJETO: Inscrição de metas e recursos no Termo de Cooperação Técnica nº 899, firmado entre as partes, necessários à garantia da Cooperação Técnica entre a ORGANIZAÇÃO O e o MINISTÉRIO para o desenvolvimento das atividades do Projeto "Fortalecimento do Sistema Nacional de Transplante". CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Projeto de Cooperação Técnica são provenientes: U.G. 257001. Gestão: 00001. Classificação programática: Programa de Trabalho nº 10.302.2015.2093/0001. Natureza de Despesa: 33.90.41. Fontes de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 23.570.597,00 (vinte e três mil, quinhentos e setenta mil, quinhentos e noventa e sete reais). Vigência: 2016. DE EMPENHO: 2016NE170949. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. VIGÊNCIA: Terá vigência a contar de sua assinatura, limitada à vigência do Termo de Cooperação Técnica, a que está vinculado. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde - CNPJ nº 061.827.348-41; CARISSA FAUSTINA TEFENDE - Pela Organização Pan-Americana da Saúde Organização Mundial da Saúde.

EXTRATO DO 8º TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a Organização Pan-Americana da Saúde Organização Mundial da Saúde - CNPJ nº 04.096.431/0001-54. PROCESSO: 250001610802015-94. OBJETO: Fimar a Cooperação Técnica entre o MINISTÉRIO e a Organização para o desenvolvimento das atividades do Projeto "Fortalecimento do Sistema Nacional de Transplante". DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 16/12/2021. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde - CNPJ nº 061.827.348-41; CARISSA FAUSTINA TEFENDE - Pela Organização Pan-Americana da Saúde Organização Mundial da Saúde.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 88/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - CNPJ nº 92.969.851/0001-09. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Pesquisa de Incidência na População Geral, nos Gestantes, Anomalias Congênitas Edo Recém-Nascidos e Consequências para o Desenvolvimento Infantil - o Objetivo do Estudo E Descobrir a Epidemia Por Zika Virus Em Uma Cidade Brasileira de Médio Porte, Matada Durante o Primeiro Semestre de 2016, com Ênfase Sobre Os Efeitos Em Gestantes, Fetos E", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001620392016-08. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 799.442,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.305.2015.2093/0001. Natureza de Despesa: 33.90.36, 33.90.39, 33.90.30. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 799.442,00 (Setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 06/12/2018. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNPJ nº 061.827.348-41; RUI VICENTE OPPERMANNS REITOR - CNPJ nº 148.516.100-25.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 95/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - CNPJ nº 15.180.714/0003-68. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001670162016-06. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 200.000,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535/0029. Natureza de Despesa: 44.90.52. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 11/12/2017. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNPJ nº 061.827.348-41; MONICA ALMEIDA NERI, SUPERINTENDENTE - CNPJ nº 466.463.105-72.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 101/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a FUNDACAO OSWALDO CRUZ RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Promover a Qualificação e a Educação Permanente dos Profissionais da Saúde do Sistema Único de Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001424622016-08. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 3.963.266,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.125.2015.2093/0001. Natureza de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 3.963.266,00 (Três milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 04/06/2019. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNPJ nº 061.827.348-41; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE - CNPJ nº 422.312.997-04.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 103/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a FUNDACAO OSWALDO CRUZ RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Controle Vetorial do Aedes Aegypti e Aedes Albopictus com Estratégias Disseminadoras de Larvicida e Larvicida PpI Disseminado Por Mosquitos", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001760832016-11. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.866.411,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.305.2015.2093/0001. Natureza de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.866.411,00 (Um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e onze reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 06/12/2018. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNPJ nº 061.827.348-41; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE - CNPJ nº 422.312.997-04.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 105/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a FUNDACAO OSWALDO CRUZ RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Monitoramento da Resistência do Aedes Aegypti Aos Inseticidas - o Projeto Tem Por Objetivo Monitorar a Suscetibilidade do Aedes Aegypti Aos Inseticidas Utilizados Pelo Pncd Em 144 Municípios do País", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001733722016-51. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 1.635.528,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.305.2015.2093/0001. Natureza de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 1.635.528,00 (Um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 09/06/2019. DATA DE ASSINATURA: 16/12/2016. SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNPJ nº 061.827.348-41; PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA, PRESIDENTE - CNPJ nº 422.312.997-04.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 106/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e a FUNDACAO OSWALDO CRUZ RJ - CNPJ nº 33.781.055/0001-35. OBJETO: Dar apoio financeiro para "Estudo e Pesquisa Sobre a Saúde da Pessoa Idosa", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. PROCESSO: 250001701332016-49. CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 2.000.000,00. U.G. 257001. Gestão: 00001. Programa de Trabalho: 10.301.2015.6178/0001. Natureza de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 6100000000. RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais). VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua